CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 003/82

INTERESSADO: JAIR DONIZETI FALEIROS

ASSUNTO : Autorização para matricular-se na 3ª série do curso de Ciências Econômicas na FCEA de Franca

RELATOR : Cons. Manoel Gonçalves Ferreira Filho

PARECER CEE Nº 407/82 - CTG - APROVADO EM 24 / 03 / 82

1.- HISTÓRICO:

Jair Donizeti Faleiros, desejando continuar seus estudos, dirige consulta a este Conselho, expondo sua situação escolar, que é a seguinte:

1. Em 1975 e 1976 cursou, com aprovação, respectivamente, a 1ª e 2ª séries do Ciclo Básico da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Franca.

2. Em 1977, matriculou-se e requereu trancamento e no final do ano pediu transferência.

3. Em 1978 e 1979, cursou as complementações do Ciclo Básico do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Católica de Goiás.

4. Em 1980 e 1981 não estudou.

5. Em 1982, desejando continuar seus estudos na 3ª série do curso de Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Franca, foi aconselhado pela direção do referido estabelecimento a dirigir-se a este Conselho.

A Assistência Técnica baixou o processo em diligência para esclarecimento das razões que teriam levado a direção da F.C.E.A. de Franca a recusar a matrícula do interessado, aconselhando consulta a este Conselho.

Era informação pessoal, o Sr. Diretor esclareceu que a matrícula apenas não poderia ser aceita porque o aluno ultrapassou o limite máximo de integralização do curso, fixado em 07 (sete) anos pelo Conselho Federal de Educação, e que estaria esperando uma orientação deste Colegiado sobre como proceder no caso em tela.

2.- FUNDAMENTAÇÃO:

A matéria foi muito bem colocada pela Assistente Técnica, Bassa Lerner Rosenfeld, cujas razões adiante transcritas subscrevo:

"O Conselho Federal de Educação pronunciou-se no Parecer nº 2729/77, de lavra da nobre Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz, sobre o caso de aluna de escola oficial, reprovada em disciplina, que abandonou o curso sem trancar sua matrícula, permanecendo desligada da instituição durante um período tal que, somado ao tempo em que esteve regularmente matriculada, ultrapassou o prazo máximo fixado para integralização do respectivo currículo.

Entendeu a ilustre Conselheira que o caso deveria ser resolvido à luz do que dispõe o art. 6º do Decreto-Lei nº 464, de 11/02/69, já com a redação que lhe deu a Lei nº 5783, de 27 de junho de 1972, não podendo a aluna beneficiar-se da exceção aberta pelo § 2º do artigo 6º, por não ter trancado sua matrícula.

O Decreto-Lei nº 464, de 1º de fevereiro de 1969, com a redação dada pela Lei nº 5789, de 27 de junho de 1972, estabelece.

"Artigo 6º - Na forma dos estatutos ou dos regimentos será recusada nova matrícula, nos Institutos Oficiais de Ensino Superior, ao aluno que não concluir o curso completo de graduação, incluindo o 1º ciclo, no prazo máximo fixado para a integralização do respectivo currículo.

Parágrafo 1º - O prazo máximo a que se refere este artigo será estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, quando for o caso de currículo mínimo, devendo constar dos estatutos ou regimentos na hipótese de 1º ciclo e de cursos criados na forma do artigo 1º da Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968.

Parágrafo 2º - Não será computado no prazo de integralização de ciclo ou curso o período correspondente a trancamento de matrícula feito na forma regimental".

Para poder rematricular-se na escola, diz o Parecer 2729/77, cabe à aluna submeter-se a novo concurso vestibular e cumprir, além da disciplina em que foi reprovada, as demais que passaram a enriquecer o currículo mínimo do curso."

3.- CONCLUSÃO:

Responda-se, nos termos deste Parecer, à consulta formulada pelo Sr. Jair Donizeti Faleiros.

São Paulo, 03 de março de 1.982

a) Cons. Manoel Gonçalves Ferreira Filho
Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Erwin Theodor Rosenthal, Eurípedes Malavolta, Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 10/03/82

a) Cons. Paulo Gomes Romeo - Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 24 de março de 1.982.

A) CONSº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE

vmj/